

# PLANO GLOBAL DE FORMAÇÃO



---

## CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

---

2011

FORMAÇÃO SEGMENTADA

FORMAÇÃO PERMANENTE

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

**ACTUALIZADO**

11 DE JANEIRO DE 2011

**CÓDIGO CONTRIBUTIVO DA SEGURANÇA SOCIAL**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	JANEIRO	16 HORAS
---------------------	---------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	JANEIRO	16 HORAS
--------------------	---------	----------

1. Disposições gerais e comuns
2. Regimes contributivos do sistema previdencial
  - 2.1 Regime geral dos trabalhadores por conta de outrem
  - 2.2 Regimes aplicáveis a trabalhadores integrados em categorias ou situações específicas
  - 2.3 Regime aplicável às situações equiparadas a trabalho por conta de outrem
  - 2.4 Regime dos trabalhadores independentes
  - 2.5 Regime de seguro social voluntário
3. Incumprimento da obrigação contributiva
  - 3.1 Disposições gerais
  - 3.2 Causas de extinção da dívida
  - 3.3 Transmissão da dívida
  - 3.4 Garantias
  - 3.5 Situação contributiva regularizada
  - 3.6 Efeitos do incumprimento
4. Regime contra-ordenacional
5. Disposições complementares, transitórias e finais

**Autor do manual:** ANTÓNIO FERNANDO SILVA

**SNC – PREPARAÇÃO DAS NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	JANEIRO	16 HORAS
---------------------	---------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	MARÇO	16 HORAS
--------------------	-------	----------

1. A importância da informação financeira
2. Fontes da informação financeira
3. O papel do TOC na recolha de informação
4. A estrutura conceptual e a apresentação e preparação das demonstrações financeiras
5. Finalidade das demonstrações financeiras no SNC
6. A importância do anexo
7. As NCRF e respectivas exigências de divulgação

**Autor do manual:** SÉRGIO PONTES

## SNC – ACTIVOS CORRENTES

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

JANEIRO

16 HORAS

1. Os activos correntes no SNC
  - 1.1 Activos correntes versus activos não correntes
  - 1.2 Os Activos correntes e a Estrutura Conceptual
  - 1.3 Os activos correntes e as Bases de apresentação das demonstrações financeiras
  - 1.4 Os activos correntes e os modelos de demonstrações financeiras
  - 1.5 Os activos correntes e o Código das Contas
  - 1.6 Os activos correntes e as NCRF
2. Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos activos correntes
  - 2.1 Inventários
  - 2.2 Activos Biológicos
  - 2.3 Clientes
  - 2.4 Adiantamentos a Fornecedores
  - 2.5 Estado e Outros Entes Públicos
  - 2.6 Accionistas/Sócios
  - 2.7 Outras contas a receber
  - 2.8 Diferimentos
  - 2.9 Activos Financeiros detidos para negociação
  - 2.10 Outros Activos Financeiros
  - 2.11 Activos não correntes detidos para venda
  - 2.12 Caixa e Depósitos Bancários

**Autor do manual:** JOÃO CIPRIANO

## SNC – ACTIVOS NÃO CORRENTES

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

JANEIRO

16 HORAS

1. Enquadramento dos activos não correntes no SNC
  - 1.1 Introdução
  - 1.2 Reconhecimento e mensuração dos activos fixos tangíveis
  - 1.3 Operações relacionadas com activos fixos tangíveis
  - 1.4 Divulgações
2. Enquadramento dos activos intangíveis
  - 2.1 Definição
  - 2.2 Reconhecimento
  - 2.3 Mensuração inicial
  - 2.4 Reconhecimento como gasto
  - 2.5 Mensuração após reconhecimento
  - 2.6 Amortização
  - 2.7 Imparidade
  - 2.8 Revalorização de activos intangíveis
  - 2.9 Retiradas e alienações
  - 2.10 Activos intangíveis classificados como detidos para venda
  - 2.11 Divulgação
3. Os Investimentos Financeiros no SNC
  - 3.1 Introdução
  - 3.2 Reconhecimento e mensuração
  - 3.3 Divulgações
4. As propriedades de investimento no SNC
  - 4.1 Introdução
  - 4.2 Reconhecimento e mensuração
  - 4.3 Divulgações

**Autor do manual:** SÓNIA MONTEIRO

**NCRF 17 – ACTIVOS BIOLÓGICOS – ASPECTOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	FEVEREIRO	16 HORAS
---------------------	-----------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	FEVEREIRO	16 HORAS
--------------------	-----------	----------

1. Introdução
2. Enquadramento contabilístico
  - 2.1 Normativo POC – Agricultura
  - 2.2 Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 17
    - 2.2.1 Âmbito
    - 2.2.2 Reconhecimento e mensuração dos activos biológicos e dos produtos agrícolas
    - 2.2.3 Subsídios governamentais no âmbito da NCRF 17
    - 2.2.4 Divulgações
3. Enquadramento fiscal
  - 3.1 Activos biológicos de produção
  - 3.2 Activos biológicos consumíveis
  - 3.3 Explorações silvícolas

**Autores do manual:** CRISTINA LOPES E PAULA FRANCO

**NCRF 19 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	FEVEREIRO	16 HORAS
---------------------	-----------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	MARÇO	16 HORAS
--------------------	-------	----------

1. 1. Introdução
2. 2. Enquadramento contabilístico
  - 2.1 Normativo POC – A directriz contabilística n.º 3
  - 2.2 Sistema de Normalização Contabilística – NCRF 19
    - 2.2.1 Âmbito
    - 2.2.2 Combinação e segmentação dos contratos de construção
    - 2.2.3 Rédito do contrato
    - 2.2.4 Gastos do contrato
    - 2.2.5 Reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato
    - 2.2.6 Reconhecimento de perdas esperadas
    - 2.2.7 Alteração nas estimativas
    - 2.2.8 Divulgações
3. 3. Enquadramento fiscal
  - 3.1 Regras gerais da periodização do lucro tributável
  - 3.2 Casos específicos dos contratos de construção

**Autor do manual:** LUÍS BAPTISTA E SÉRGIO PONTES

**SNC - MICROENTIDADES**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	FEVEREIRO	16 HORAS
---------------------	-----------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	FEVEREIRO	16 HORAS
--------------------	-----------	----------

1. Contexto e enquadramento legal
2. Instrumentos da normalização contabilística para microentidades
3. Demonstrações financeiras para microentidades
4. Norma contabilística e de relato financeiro para microentidades - alguns aspectos específicos
  - 4.1 Introdução
  - 4.2 Adopção pela primeira vez da NCRF-ME
  - 4.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
  - 4.4 Activos fixos tangíveis
  - 4.5 Activos intangíveis
  - 4.6 Locações
  - 4.7 Empréstimos obtidos
  - 4.8 Inventários
  - 4.9 Rédito
  - 4.10 Provisões
  - 4.11 Subsídios do governo
  - 4.12 Alterações em taxas de câmbio
  - 4.13 Impostos sobre o rendimento
  - 4.14 Activos e passivos financeiros
  - 4.15 Benefícios dos empregados

**Autor do manual:** AVELINO ANTÃO

**ENCERRAMENTO DE CONTAS - ASPECTOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS**

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	FEVEREIRO	16 HORAS
--------------------	-----------	----------

1. «Perspectiva» conceptual no SNC
2. As Demonstrações Financeiras
3. A Prestação de Contas
4. Balanço de Abertura em SNC
5. Operações Relevantes de Encerramento
6. Aspectos Fiscais do Encerramento

**Autor do manual:** DOMINGOS CASCAIS E JOSÉ PEDRO FARINHA

### NCRF 25 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

FORMAÇÃO SEGMENTADA	MARÇO	8 HORAS
FORMAÇÃO DISTÂNCIA	ABRIL	8 HORAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução</li> <li>2. Objectivo da norma</li> <li>3. Âmbito</li> <li>4. Conceitos fundamentais</li> <li>5. Base fiscal</li> <li>6. Reconhecimento de passivos por impostos correntes e activos por impostos correntes</li> <li>7. Reconhecimento de passivos por impostos diferidos e de activos por impostos diferidos</li> <li>8. Mensuração</li> <li>9. Reconhecimento de imposto corrente diferido</li> <li>10. Apresentação</li> <li>11. Divulgação</li> </ol>		
<p><b>Autor do manual:</b> ABÍLIO DE SOUSA</p>		

### MAIS E MENOS VALIAS EM IRC E IRS

FORMAÇÃO SEGMENTADA	MARÇO	8 HORAS
FORMAÇÃO DISTÂNCIA	MAIO	8 HORAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceito de mais e menos valias</li> <li>2. Cálculo das mais e menos valias</li> <li>3. Coeficientes de desvalorização monetária</li> <li>4. Reinvestimento</li> <li>5. Tributação             <ol style="list-style-type: none"> <li>5.1 Em sede de IRC</li> <li>5.2 Em sede de IRS                 <ol style="list-style-type: none"> <li>5.2.1 Regime simplificado</li> <li>5.2.2 Contabilidade organizada</li> </ol> </li> </ol> </li> <li>6. Obrigações declarativas             <ol style="list-style-type: none"> <li>6.1 Em sede de IRC</li> <li>6.2 Em sede de IRS                 <ol style="list-style-type: none"> <li>6.2.1 Regime simplificado</li> <li>6.2.2 Contabilidade organizada</li> </ol> </li> </ol> </li> </ol>		
<p><b>Autor do manual:</b> JOSÉ AZEVEDO RODRIGUES</p>		

**SNC - PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES**

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

MARÇO

16 HORAS

1. Enquadramento
2. Provisões
3. Acontecimentos após a data do balanço
4. Financiamentos obtidos
5. Responsabilidade por benefícios pós-emprego
6. Passivos por impostos diferidos

**Autor do manual:** SÉRGIO PONTES**NCRF 28 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**

FORMAÇÃO SEGMENTADA

ABRIL

8 HORAS

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

NOVEMBRO

8 HORAS

1. Introdução
2. Benefícios dos empregados
  - 2.1 Benefícios a curto prazo dos empregados
  - 2.2 Benefícios pós-emprego
  - 2.3 Outros benefícios a longo prazo dos empregados
  - 2.4 Benefícios de cessação de emprego
  - 2.5 Benefícios de remuneração em capital próprio
3. Código de contas
4. Reconhecimento e mensuração
  - 4.1 Benefícios a curto prazo dos empregados
  - 4.2 Benefícios pós-emprego
  - 4.3 Outros benefícios a longo prazo dos empregados
  - 4.4 Benefícios de cessação de emprego
  - 4.5 Benefícios de remuneração em capital próprio
5. Divulgações
6. Principais diferenças face ao POC

**Autor do manual:** CRISTINA FERREIRA

### O TOC - PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO GRACIOSO

FORMAÇÃO SEGMENTADA	ABRIL	16 HORAS
FORMAÇÃO DISTÂNCIA	JUNHO	16 HORAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Funções do TOC e âmbito de intervenção no procedimento tributário</li> <li>2. Fontes de direito processual tributário</li> <li>3. O procedimento de reclamação graciosa             <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1 Prazos, regime e efeitos</li> <li>3.2 Casos especiais: autoliquidações, retenções na fonte, pagamentos por conta</li> </ol> </li> <li>4. A avaliação indirecta e o pedido de revisão da matéria colectável             <ol style="list-style-type: none"> <li>4.1 O procedimento de avaliação indirecta</li> <li>4.2 Prazos, regime e efeitos do pedido de revisão da matéria colectável                 <ol style="list-style-type: none"> <li>4.2.1 Limites do acordo a alcançar na reunião de peritos</li> <li>4.2.2 A intervenção do perito independente</li> </ol> </li> </ol> </li> <li>5. A revisão dos actos tributários             <ol style="list-style-type: none"> <li>5.1 Prazos, regime e efeitos do pedido de revisão</li> </ol> </li> <li>6. O recurso hierárquico             <ol style="list-style-type: none"> <li>6.1 Prazos, regime e efeitos</li> <li>6.2 Relação com a reclamação graciosa e a impugnação</li> </ol> </li> </ol>		
<p><b>Autor do manual:</b> AMÂNDIO SILVA E MANUEL VIEIRA</p>		

### NCRF 21 – PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

FORMAÇÃO SEGMENTADA	ABRIL	16 HORAS
FORMAÇÃO DISTÂNCIA	ABRIL	16 HORAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução             <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Definições utilizadas</li> <li>1.2 Provisões vs outros passivos</li> <li>1.3 Provisões e passivos contingentes</li> <li>1.4 Condições de reconhecimento e mensuração</li> <li>1.5 Aplicação das regras de reconhecimento e de mensuração</li> <li>1.6 Divulgações</li> <li>1.7 NCRF21 vs POC e legislação complementar</li> <li>1.8 As provisões aquando da adopção pela primeira vez das NCRF</li> </ol> </li> <li>2. Aspectos contabilísticos das provisões, passivos contingentes e activos contingentes: do POC ao SNC             <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Introdução</li> <li>2.2 O Normativo Comunitário</li> <li>2.3 O Normativo Português: do POC ao SNC                 <ol style="list-style-type: none"> <li>2.3.1 Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites do POC e os pressupostos subjacentes ao SNC</li> <li>2.3.2 A valorimetria dos activos e passivos do POC ao SNC: o caso das provisões</li> <li>2.3.3 Assentos contabilísticos</li> <li>2.3.4 Impacto ao nível das demonstrações financeiras (Individuais e Consolidadas) - no POC e no SNC</li> </ol> </li> </ol> </li> <li>3. Aspectos fiscais das provisões, passivos contingentes e activos contingentes</li> <li>4. Divulgações das provisões, passivos contingentes e activos contingentes</li> </ol>		
<p><b>Autor do manual:</b> MÁRIO GUIMARÃES</p>		

## REGIME CONTABILÍSTICO E FISCAL DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	ABRIL	12 HORAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Enquadramento da matéria no normativo contabilístico e fiscal</li> <li>2. Activos sujeitos a deprecimento</li> <li>3. Valorimetria dos activos depreciáveis ou amortizáveis</li> <li>4. Início da depreciação ou amortização</li> <li>5. Período de depreciação ou amortização</li> <li>6. Métodos de depreciação ou amortização</li> <li>7. Especificidades do regime fiscal:               <ol style="list-style-type: none"> <li>7.1 Depreciações de viaturas ligeiras, barcos de recreio e aviões de turismo</li> <li>7.2 Regime intensivo de utilização</li> <li>7.3 Quotas mínimas e máximas aceites</li> <li>7.4 Elementos de reduzido valor</li> <li>7.5 Activos revertíveis</li> <li>7.6 Operações de neutralidade</li> <li>7.7 Cálculo de mais-valias fiscais</li> </ol> </li> <li>8. Análise comparativa do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 e Decreto Regulamentar n.º 2/90</li> <li>9. Diferenças entre o regime contabilístico e fiscal</li> <li>10. Impostos diferidos</li> <li>11. Casos práticos</li> </ol>		
<b>Autor do manual:</b> ANDRÉ VASCONCELOS E CRISTINA PINTO		

## NCRF 12 – IMPARIDADE DE ACTIVOS

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	MAIO	8 HORAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A imparidade: Conceito de base e seu suporte conceptual e normativo</li> <li>2. 2 – A imparidade no SNC e procedimentos associados               <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 2.1 A imparidade no SNC</li> <li>2.2 2.2 Procedimentos associados à imparidade</li> </ol> </li> <li>3. 3 – Imparidade de activos               <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1 3.1 Reconhecimento da imparidade em activos não financeiros</li> <li>3.2 3.2 Reconhecimento da imparidade em activos financeiros</li> <li>3.3 3.3 A imparidade no relato financeiro anual</li> </ol> </li> </ol>		
<b>Autor do manual:</b> JOÃO CIPRIANO		

## TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO (IMT/IMI/IS)

FORMAÇÃO SEGMENTADA

MAIO

16 HORAS

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

JUNHO

16 HORAS

### IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

1. Incidência real ou objectiva
2. Incidência subjectiva .
3. Início da tributação
4. Actualização das matrizes
5. Reclamação das matrizes
6. Aspectos particulares – Actividades empresariais no imobiliário
7. Avaliações

### IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

1. Incidência real ou objectiva
2. Incidência Pessoal ou subjectiva
3. Determinação da matéria colectável
4. Liquidação
5. Valor patrimonial tributário excessivo
6. Taxas
7. Pagamento do imposto
8. Tratamento particular dos principais factos tributários

### Imposto do Selo

1. Incidência objectiva
2. O imposto do selo enquanto imposto de transmissão
3. Exclusão do imposto do selo enquanto imposto tradicional sobre a despesa.
4. Exclusão do imposto do selo enquanto imposto de transmissão
5. Incidência subjectiva do imposto do selo, enquanto imposto sobre a despesa
6. Incidência subjectiva do imposto do selo, enquanto imposto de transmissão
7. Encargo do imposto
8. Territorialidade
9. Nascimento da obrigação tributária
10. Isenções
11. Alguns casos particulares do imposto do selo

**Autor do manual:** ABÍLIO MARQUES

**ENTIDADES EMPRESARIAIS MUNICIPAIS – CONSTITUIÇÃO E OBRIGAÇÕES CONTABILÍSTICAS E FISCAIS**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	MAIO	12 HORAS
FORMAÇÃO DISTÂNCIA	JULHO	12 HORAS

1. Enquadramento jurídico
  - 1.1 Administração central e local
  - 1.2 O sector empresarial local
    - 1.2.1 Tipos de Empresas Municipais (EM)
    - 1.2.2 Relações orgânicas, estatutárias e contratuais das EM com os municípios
    - 1.2.3 As Empresas Municipais face ao Código das Sociedades Comerciais
2. Enquadramento Fiscal
  - 2.1 IRC
    - 2.1.1 Incidência
    - 2.1.2 Apuramento da matéria colectável
    - 2.1.3 Obrigações declarativas
  - 2.2 IVA
    - 2.2.1 Incidência
    - 2.2.2 Isenções
    - 2.2.3 Taxas
3. Regime económico e financeiro
  - 3.1 Controlo financeiro e fiscalização
  - 3.2 Contabilidade e prestação de contas

**Autores do manual:** ANDRÉ VASCONCELOS E CRISTINA PINTO

**AGÊNCIAS DE VIAGENS – ASPECTOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	JUNHO	12 HORAS
---------------------	-------	----------

1. Introdução
2. Regime especial de tributação em sede de IVA aprovado pelo DL221/85
  - 2.1 Âmbito de aplicação do regime especial
  - 2.2 Condições de aplicação
  - 2.3 Entidades abrangidas
  - 2.4 Operações abrangidas pelo regime
  - 2.5 Operações excluídas do regime
  - 2.6 Facto gerador e exigibilidade do imposto
  - 2.7 Determinação da margem e apuramento do imposto
3. Situações particulares
  - 3.1 Direito à dedução
  - 3.2 Apuramento de margem negativa
  - 3.3 Forma determinação de despesas dentro/fora comunidade
  - 3.4 Adiantamentos
  - 3.5 Alteração do valor tributável
4. Contabilização das operações das agências de viagens
  - 4.1 Reconhecimento do rédito
  - 4.2 Proposta de desdobramento do plano de contas
  - 4.3 Contabilização das operações referentes a:
    - 4.3.1 Actuação em nome próprio;
    - 4.3.2 Actuação em nome e por conta de outrem;
    - 4.3.3 Apuramento do IVA no regime da margem
5. Outros aspectos fiscais

**Autor do manual:** ANDRÉ VASCONCELOS E CRISTINA PINTO

## PROJECTOS DE INVESTIMENTO

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

JUNHO

16 HORAS

1. Elaboração e Análise de Projectos de Investimento
  - 1.1 Definição do Projecto
  - 1.2 Principais Etapas do Projecto de Investimento
  - 1.3 Identificação de Oportunidades de Investimento e recolha de dados
  - 1.4 Elementos de Avaliação de um Projecto de Investimento
  - 1.5 Determinação dos custos e do financiamento do Investimento
  - 1.6 Planos de Investimento
  - 1.7 Plano de Financiamento
  - 1.8 Viabilidade económica e financeira
2. Breve caracterização de programas de incentivo ao Investimento vigentes

**Autor do manual:** ISABEL CUNHA

## LIGAÇÃO CONTABILÍSTICA COM A LEGISLAÇÃO LABORAL

FORMAÇÃO SEGMENTADA

JULHO

16 HORAS

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

SETEMBRO

16 HORAS

1. Conceitos básicos de direito do trabalho
2. Âmbito da intervenção do TOC
3. Aspectos jurídicos, contabilísticos e tributários da legislação laboral
  - 3.1 O contrato de trabalho
  - 3.2 Modalidades do contrato de trabalho
  - 3.3 A formação profissional no Código do Trabalho
  - 3.4 Regime jurídico das férias, faltas e feriados
  - 3.5 Duração e horário de trabalho
  - 3.6 A retribuição e outras prestações patrimoniais
  - 3.7 Cessaçao do Contrato de Trabalho

**Autor do manual:** MESSIAS DE CARVALHO

**IVA – LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES E SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	JULHO	12 HORAS
---------------------	-------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	SETEMBRO	12 HORAS
--------------------	----------	----------

1. Enquadramento
  - 1.1 Introdução
  - 1.2 Directiva 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro
  - 1.3 Directiva 2008/9/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro
  - 1.4 Regulamento (CE) n.º 143/2008, do Conselho, de 12 de Fevereiro
  - 1.5 Directiva 2008/117/CE, do Conselho, de 16 de Dezembro
  - 1.6 Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de Agosto
2. Alterações às regras de localização das prestações de serviços
  - 2.1 A nova sistematização do artigo 6.º do CIVA
  - 2.2 As duas regras gerais
  - 2.3 As excepções comuns às duas regras gerais
  - 2.4 As excepções específicas à regra de localização aplicável às prestações de serviços em que o destinatário dos serviços é um não sujeito passivo do IVA
  - 2.5 Extensão da territorialidade
  - 2.6 Conclusões sobre as novas regras de localização
3. Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso
  - 3.1 Os novos procedimentos dos pedidos de reembolso
  - 3.2 O direito à dedução do IVA suportado no estrangeiro
4. Medidas de combate à fraude e evasão fiscais
5. A nova declaração recapitulativa
6. A nova declaração periódica

**Autor do manual:** José Roriz

**NCRF 10 – CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	OUTUBRO	8 HORAS
---------------------	---------	---------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	MAIO	8 HORAS
--------------------	------	---------

1. Introdução
2. Objectivo da norma
3. 3. Âmbito
4. 4. Definições
5. 5. Reconhecimento
6. 6. A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos
7. Diferenças em relação ao POC
8. Divulgações

**Autor do manual:** José Pedro Farinha

**NCRF 22 – CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO E DIVULGAÇÃO DOS APOIOS DO GOVERNO**

FORMAÇÃO SEGMENTADA

SETEMBRO

8 HORAS

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

JULHO

8 HORAS

1. Introdução
2. Objectivo da norma
3. Âmbito
4. Subsídios do governo
5. Apoios do governo
6. Diferenças em relação ao POC
7. Divulgações

**Autor do manual:** CARLA CARVALHO E GRAÇA AZEVEDO**ANÁLISE DE BALANÇOS E ESTUDO DOS INDICADORES ECONÓMICOS COM BASE NOS MODELOS SNC**

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

SETEMBRO

16 HORAS

1. Recolha de Informação e Trabalhos Preparatórios
  - 1.1 Objecto e Método da Análise Económico-Financeira
  - 1.2 Informação Extra-Contabilística
  - 1.3 Das Peças Contabilísticas para as Peças Financeiras
  - 1.4 Principais Mapas de Análise
  - 1.5 Alterações decorrentes do SNC
2. Equilíbrio Estrutural (Médio e Longo Prazo)
  - 2.1 Aplicações e Origens de Fundos
  - 2.2 Fundo de Maneio
  - 2.3 Políticas de Investimento e Financiamento
3. Gestão dos Capitais Circulantes (Curto Prazo)
  - 3.1 Liquidez
  - 3.2 Tesouraria
  - 3.3 Indicadores de Actividade e de Gestão
4. Rendibilidade e Risco dos Capitais Investidos
  - 4.1 Estrutura de Custos
  - 4.2 Rendibilidade Económica
  - 4.3 Rendibilidade Financeira
  - 4.4 Risco Global

**Autor do manual:** FERNANDO ALMEIDA

## CÓDIGO FISCAL DE INVESTIMENTO

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

SETEMBRO

16 HORAS

1. Objectivo e Âmbito
2. Condições Gerais de Elegibilidade
3. O papel do Conselho Internacional de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento
4. Candidaturas e tramitação do processo
5. Tipos de Benefícios
  - 5.1 Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo
    - 5.1.1 Condições de acesso dos projectos de investimento produtivo
    - 5.1.2 Benefícios fiscais e critérios de determinação desses benefícios
    - 5.1.3 Aplicações Relevantes e Despesas Elegíveis
  - 5.2 Benefícios Fiscais com vista à Internacionalização
    - 5.2.1 Condições de acesso dos projectos com vista à internacionalização
6. Regime fiscal do investidor residente não habitual

**Autor do manual:** JESUÍNO MARTINS

## NCRF PARA AS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

FORMAÇÃO DISTÂNCIA

SETEMBRO

16 HORAS

1. Breve Enquadramento Jurídico
2. O Plano Oficial de Contabilidade (POC) e planos sectoriais baseados no POC
3. O Sistema de Normalização Contabilística e a Normalização Contabilística para Entidades sem Fins Lucrativos
4. Demonstrações Financeiras para Entidades sem Fins Lucrativos
5. Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades para Entidades sem Fins Lucrativos - alguns aspectos específicos

**Autor do manual:**

## CONTABILIDADE ORÇAMENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FORMAÇÃO SEGMENTADA	OUTUBRO	16 HORAS
---------------------	---------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	OUTUBRO	16 HORAS
--------------------	---------	----------

1. O Orçamento
  - 1.1 Conceito de receita e despesa pública
  - 1.2 Orçamento do Estado
  - 1.3 Preparação dos orçamentos
  - 1.4 Aprovação dos orçamentos
  - 1.5 Documentos previsionais
  - 1.6 Modificações ao orçamento
  - 1.7 Execução do orçamento
2. A Contabilidade orçamental
  - 2.1 O POCP e os planos sectoriais
  - 2.2 O registo contabilístico das operações orçamentais
  - 2.3 Lançamentos contabilísticos da aprovação do orçamento
  - 2.4 Lançamentos contabilísticos da modificação ao orçamento
  - 2.5 Lançamentos contabilísticos da execução da receita
  - 2.6 Lançamentos contabilísticos da execução da despesa
  - 2.7 Compromissos para exercícios futuros
  - 2.8 Regime duodecimal
3. A Prestação de contas
  - 3.1 Finalidade e destinatários
  - 3.2 Documentos de prestação de contas

**Autor do manual:** JOÃO CARVALHO

## CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA

FORMAÇÃO SEGMENTADA	NOVEMBRO	16 HORAS
---------------------	----------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	JUNHO	16 HORAS
--------------------	-------	----------

1. Introdução
  - 1.1 A insolvência como objectivo principal
  - 1.2 A recuperação de empresas como elemento secundário
  - 1.3 A responsabilização criminal pela insolvência
2. A responsabilidade do TOC e das empresas de contabilidade
  - 2.1 A responsabilidade pela documentação
  - 2.2 Junção de documentos ao pedido de declaração de insolvência
  - 2.3 Apreensão judicial dos elementos de contabilidade
3. Sujeitos susceptíveis de declaração de insolvência
4. Efeitos da declaração de insolvência
5. Processo
6. Aspectos fiscais

**Autor do manual:** JOSÉ MANUEL TEIXEIRA

**ESTRUTURAÇÃO DE UM QUADRO DE BORDO DE APOIO À GESTÃO (BALANCED SCORECARD)**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	NOVEMBRO	12 HORAS
FORMAÇÃO DISTÂNCIA	OUTUBRO	12 HORAS

1. Gestão estratégica
2. Principais sistemas de gestão e de monitorização de desempenho empresarial
3. O Balanced Scorecard
4. Principais conceitos do Balanced Scorecard
5. Integração do Balanced Scorecard com outros instrumentos de gestão
6. Perspectivas de valor
7. Construção e implementação
8. Benefícios e dificuldades

**Autor do manual:** ANA ISABEL MARTINS

**CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS**

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	NOVEMBRO	12 HORAS
--------------------	----------	----------

1. Âmbito de Aplicação
2. Conceitos e Tipos de Entidades Adjudicantes.
3. A Extensão do Conceito de Entidades Adjudicantes e o Novo Âmbito da Contratação Pública
4. Tipos de Procedimentos
  - 4.1 Novos Procedimentos
  - 4.2 Critérios de Escolha do Procedimento
  - 4.3 Ajuste directo
  - 4.4 Concurso público
  - 4.5 Concurso limitado por prévia qualificação
  - 4.6 Procedimento de negociação
  - 4.7 Diálogo concorrencial.
5. Novos Institutos
  - 5.1 Leilão Electrónico
  - 5.2 Qualificação
  - 5.3 Contratos-Quadro.
6. Conceito e Prática de Documentos e Assinaturas Electrónicas.

**Autor do manual:** ROSÁRIO FERNANDES

**DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DE SOCIEDADES (ASPECTOS CONTABILÍSTICOS E FISCAIS)**

FORMAÇÃO SEGMENTADA	NOVEMBRO	16 HORAS
---------------------	----------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	ABRIL	16 HORAS
--------------------	-------	----------

1. Dissolução de sociedade comerciais
  - 1.1 Definição
  - 1.2 Causas de dissolução imediata
  - 1.3 Causas de dissolução administrativa
  - 1.4 Causas de dissolução oficiosa
2. Liquidação de sociedades comerciais
  - 2.1 Conceito
  - 2.2 O processo de liquidação
3. Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
4. Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais (cessação na hora)
  - 4.1 Extinção de dívidas da sociedade
5. Tratamento contabilístico e fiscal
  - 5.1 As operações de liquidação
  - 5.2 Os movimentos contabilísticos
  - 5.3 O caso particular dos suprimentos
  - 5.4 Partilha: valor a considerar e tributação
    - 5.4.1 Tratamento fiscal em sede de IRC
    - 5.4.2 Tratamento fiscal em sede de IRS
    - 5.4.3 Tratamento fiscal em sede de IVA
  - 5.5 Obrigações declarativas
  - 5.6 Pagamento Especial por Conta
  - 5.7 O caso particular da redução do capital social
  - 5.8 O decreto-lei 64/2009 de 20 de Março
6. Fusão e cisão
  - 6.1 Fusões
    - 6.1.1 Conceitos
    - 6.1.2 O processo de fusão
    - 6.1.3 Tratamento fiscal em sede de IRC
    - 6.1.4 Tratamento fiscal em sede de IVA
    - 6.1.5 Tratamento fiscal em sede de IMT
    - 6.1.6 Tratamento fiscal em sede de imposto de selo
    - 6.1.7 Contabilização
  - 6.2 Cisão
    - 6.2.1 Conceito e modalidades
    - 6.2.2 Processo de cisão
    - 6.2.3 Enquadramento fiscal em IRC
    - 6.2.4 Tratamento fiscal em sede de IVA

**Autor do manual:** AMÂNDIO SILVA, JOÃO ANTUNES E PAULA FRANCO

## POCAL – PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS LOCAIS

FORMAÇÃO SEGMENTADA	SETEMBRO	24 HORAS
---------------------	----------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	OUTUBRO	24 HORAS
--------------------	---------	----------

1. Administração central e local
2. A contabilidade pública e os outros normativos contabilísticos
3. A reforma da contabilidade pública
4. Conceitos fundamentais
5. Contabilidade orçamental nas autarquias locais
6. Documentos contabilísticos e prestação de contas
7. Contabilidade orçamental, patrimonial e de custos
8. Princípios contabilísticos
9. Critérios de valorimetria
10. O plano de contas da autarquias
11. Estudo das contas

**Autor do manual:** JOÃO CARVALHO

## CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

FORMAÇÃO SEGMENTADA	SETEMBRO	24 HORAS
---------------------	----------	----------

FORMAÇÃO DISTÂNCIA	OUTUBRO	24 HORAS
--------------------	---------	----------

1. Enquadramento prévio
2. Os princípios do procedimento tributário
3. Os procedimentos impugnatórios
4. Os princípios do processo tributário
5. O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de actos devidos
6. Os meios impugnatórios de actos lesivos
7. Os meios cautelares

**Autor do manual:** JESUÍNO MARTINS